

O MUNDO DO TRABALHO DAS JORNALISTAS: feminismo e discriminação profissional

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ROSELI FIGARO

Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brazil

ORCID: 0000-0002-9710-904X

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1052>

RESUMO - O artigo trata da discussão sobre gênero a partir do feminismo como aspecto da luta geral pela emancipação das mulheres nos embates das classes sociais. Aborda essa perspectiva traçando um elo de continuidade entre as lutas mais específicas das mulheres jornalistas por seus direitos no mundo do trabalho e a luta mais geral das mulheres trabalhadoras ao longo da história. A linha argumentativa baseia-se em pesquisa teórica bibliográfica, em pesquisa de dados sobre perfil e condições das mulheres, e em pesquisa específica sobre o perfil dos jornalistas e de seu trabalho em novos arranjos independentes dos conglomerados de meios, dando destaque à situação de trabalho das mulheres jornalistas. À guisa de conclusão, o artigo destaca a luta feminista e sua importância para a coletividade, o engajamento das profissionais em defesa do jornalismo de qualidade e como expressão e lugar de fala dos direitos humanos, pela emancipação. **Palavras-chave:** Comunicação. Jornalista. Feminismo. Mundo do trabalho. Mulheres jornalistas

EL MUNDO DEL TRABAJO DE LAS PERIODISTAS: feminismo y discriminación profesional

RESUMEN - El artículo discute la cuestión de género teniendo el feminismo como aspecto general por la emancipación en las luchas de las clases sociales. Esta perspectiva constituye uno eje de continuidad entre las luchas más específicas de las mujeres periodistas por sus derechos en el mundo del trabajo y las luchas de las mujeres trabajadoras a lo largo de la historia. La argumentación está basada en investigaciones bibliográficas, en datos sobre perfil y condiciones de las mujeres, y en investigación

específica sobre el perfil de los periodistas y del trabajo del periodista en nuevos arreglos periodísticos independientes de los conglomerados de medios, con destaque para la situación del trabajo de las mujeres periodistas. En conclusión, el artículo destaca la lucha feminista y su importancia para la colectividad y también como las periodistas luchan por un periodismo de cualidad y por expresión de las voces ciudadanas por los derechos humanos y de la emancipación ciudadana.

Palabra clave: Comunicación. Periodista. Feminismo. Mundo del trabajo. Mujeres periodistas

THE WORLD OF WORK OF FEMALE JOURNALISTS: feminism and professional discrimination

ABSTRACT - This article discuss the gender question from the feminist perspective as part of the general struggle for female emancipation in the class struggle. It addresses this perspective creating a link between the main struggles of the journalist women for a respectful place of work and labour rights and the general feminist struggle along history. The argumentative line is based on bibliographic theoretic research, investigation on women conditions and profile data, as well as on research about the work of journalists with special attention to the work of female workers in new independent labour arrangements of media conglomerates. In conclusion, this article highlights the feminist protagonism and the necessity of professional engagement in defence of quality journalism as expression and place of speech for human rights and for its emancipation.

Keywords: Communication. Journalist. Feminism. World of the work. Journalist women.

Introdução

O jornalista, até final dos anos de 1990. A jornalista, a partir de então. A maioria de profissionais do jornalismo, hoje, no Brasil, é de mulheres. É uma realidade bem diferente da que havia no século passado. Houve tempo em que uma reunião de mulheres jornalistas, em São Paulo, aglutinava menos de dez profissionais, conforme conta, em depoimento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Edy Lima, uma das sindicalizadas mais antigas da instituição: “Eram umas sete ou oito, entre elas Helena Silveira, da *Folha*; Carmem Almeida, do *Estadão*; Odete de Freitas, do *Correio Paulista*”. (Costa, 2008, p. 4).

Dados do Ministério do Trabalho, compilados pela Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, revelam, entre meados da década de 1980 e o começo dos anos 2000, o início da mudança do perfil de gênero de jornalistas com carteira de trabalho assinada, no Brasil.

Quadro 1 – Número de mulheres jornalistas com registro CLT

Categoria	1986	1999	2001
Homens	11.352	11.251	11.440
Mulheres	6.176	8.693	9.521
Total	17.528	19.944	20.961

Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas, Ministério do Trabalho (2002).

Os dados do Quadro 1 mostram o retrato dos profissionais em todo o país. De 1986 a 2001, há um sensível aumento (50%) do número de mulheres no trabalho do jornalismo. Vale enfatizar que esses dados dizem respeito aos profissionais legalmente contratados na forma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Desse modo, todas as demais trabalhadoras em situação precária de contrato de trabalho não fazem partes das estatísticas do Ministério do Trabalho (MTb).

No estado de São Paulo, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas, compilados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) havia, em 2006, 11.771 jornalistas empregados. Desses, 52,09%, ou seja, 6.131 eram mulheres (Costa, 2008, p. 3). Essa presença feminina se manifesta numericamente de forma diferente nos setores profissionais. Havia menos mulheres em rádio, TV e internet; tradicionalmente, as mulheres estavam presentes no setor de imprensa, revistas e no chamado extra redação (assessorias, por exemplo). Mas isso vem mudando. Elas são numericamente bastante presentes em novas iniciativas do trabalho jornalístico a partir das redes sociais.

Esses números crescem tanto em São Paulo quanto em âmbito nacional. A pesquisa mais recente com dados sobre o perfil do jornalista é o levantamento realizado, em 2012, por Jacques Mick e Samuel Lima (2013, p. 33), em que atestam a presença majoritária das mulheres no jornalismo. Elas são 63,7% da categoria profissional no Brasil.

Quais seriam os motivos da presença de mais mulheres na profissão? E o que significa essa mudança para o trabalho jornalístico? Em que condições essas mulheres trabalham? Quais os desafios que as diferenças de gênero colocam para o trabalho da jornalista? Como aspectos das desigualdades sociais atingem as mulheres pela diferença de gênero? Todas são perguntas potenciais geradoras de pesquisas

que precisam ser aprofundadas. Neste artigo, a proposta é dar pistas para o debate sobre o trabalho da mulher jornalista no contexto da discussão sobre gênero e direitos sociais, e, mais especificamente, tentar responder: como aspectos das desigualdades sociais atingem as jornalistas pela diferença de gênero? Para tanto, recorre-se à discussão histórico-conceitual do termo gênero; discutem-se as controvérsias entre as diferentes abordagens adotadas pelo movimento social protagonista da luta feminista; e discute-se a situação da jornalista no mundo do trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema, visto ser esta uma pesquisa em progresso.

Retomar o tema do gênero

Para Alice Mitika Koshiyama (2001, p. 4), “a relação de gênero homem mulher é marcada pela delimitação do espaço permitido ou interdito à presença de todos. Assim, na origem, as cidades marcam privilégios da exclusão de gênero, que são mais antigas do que as exclusões de classe”. Nesse enunciado, a pesquisadora inspira a reflexão sobre a presença da mulher no espaço público, na cidade, na polis, o que remete às questões da cidadania, bem como à relação de gênero como tema de exclusão que antecede à divisão da sociedade em classes.

Koshiyama tem razão para suas afirmações, pois a primeira divisão do trabalho foi uma divisão sexual. Na história da civilização, à mulher foi reservado o lugar do espaço privado, da esfera dos filhos e da família; e ao homem, o espaço público, da conquista e da exploração. Esse é um problema que nos remete à história da propriedade privada. Preservar o corpo da mulher do domínio de outros homens é garantir saber quem serão os herdeiros. É assegurar o trato da propriedade enquanto se está fora. A determinação social de tipos de trabalho específicos ao universo feminino também significa atribuir papel de inferioridade à mulher, seu lugar de submissa, apegada a detalhes, exposta às diretivas dos *mais fortes*. Estabelecer o que serve ou não à mulher é uma ação de poder. Toda a concepção de família em nossa civilização está baseada na reclusão e na submissão da mulher. Essa trajetória de controle e submissão está relacionada à responsabilidade da mulher por gerar a vida. O controle sobre o corpo é o controle sobre as futuras gerações e a perpetuação de uma determinada forma de organização social. A divisão sexual

do trabalho, a família monogâmica, a noção de herança de pai para filhos são aspectos fundamentais nas formas de organização social e na institucionalização do poder do Estado¹. Nos sistemas de castas e de classes, à mulher mais pobre cabe o último degrau da escala de direitos sociais.

Desse modo, ao longo da história, os diferentes sistemas econômicos e sociais têm em seu cerne a submissão da mulher. Da mesma maneira e, em contraposição à discriminação e à exploração, as mulheres se organizam e reivindicam seu reconhecimento como sujeito social de direitos. Um dos aspectos de fundo do movimento de emancipação feminina está no questionamento às estruturas de poder. No Brasil, por exemplo, o direito de ir à escola foi uma conquista da luta feminina. Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pin, 1819-1885) fundadora da primeira escola de meninas no país, foi militante da luta emancipacionista. As reivindicações sobre os direitos no trabalho tomaram feição antes mesmo do movimento revolucionário de 1871 na França. O direito ao voto e a representação política também têm em Paris uma faceta exemplar: Prodhoun, pensador e político francês, declarou as mulheres inaptas ao voto. Conforme relata Andrea D'Atri (2011, p. 1): “Quando a costureira francesa Jeanne Deroin foi indicada como candidata nas eleições de 1849, Proudhon declarou-a inapta em razão de que os órgãos para alimentar os bebês que possuem as mulheres, não as tornava adequadas para a votação”.

Simultânea às lutas por emancipação feminina desenvolvem-se as políticas e as teorias sobre esse movimento social. Há estudiosos que demarcam os diferentes momentos de seu desenvolvimento. Singularizam a complexidade e a diversidade dessas lutas na metáfora das ondas. Segundo Matos (2010) e Saffioti (1986), a primeira onda das lutas feministas deu-se em torno dos direitos pelo voto, pela representação política. O movimento sufragista, como ficou conhecido, espalhou-se pelo mundo já na primeira década do século XX. A União Soviética estabelece o direito de voto em 1917; nos EUA em 1920, na Inglaterra em 1928 e no Brasil em 1932. No entanto, na Suíça, as mulheres alcançarão esse direito só em 1971. Nessa primeira fase, as reivindicações por trabalho, salário e direitos sociais inserem as mulheres nos marcos da luta por mudanças políticas e elas se engajam em movimentos anarquistas, socialistas e comunistas. As mulheres tiveram papel destacado na Revolução Russa e na resistência ao nazi-fascismo, inserindo-se nos principais eventos da história do século passado. Rebaixar esse período como

“luta das mulheres brancas burguesas” (Bittencourt, 2015, p. 200) é reduzir a compreensão do movimento social na perspectiva da história e mesmo de desvalorizar a vida de tantas mulheres do campo e das fábricas que se mobilizaram pelo feminismo.

A segunda onda, segundo Matos (2010) e Saffioti (1986), emerge com o movimento de contracultura entre os anos de 1960 e 1980. Período em que as mulheres buscam ampliar o enfoque das lutas, denunciando o patriarcado, e o recorte de classe e raça presentes na opressão feminina. Para Bittencourt (2015, p.201) “é nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres”. Na chamada terceira onda, com a globalização e as correntes denominadas pós-modernistas, as questões de gênero serão retomadas no patamar de posições individualistas que veem na questão da desconstrução da natureza da identidade de gênero o eixo das lutas, as quais se dão sobretudo em nível conceitual nas universidades. Autoras como Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler e Donna Haraway propõem a reflexão sobre a desconstrução de gênero como categoria identitária e formulam o que se denomina de Teoria Queer. Podemos sintetizar o âmago dessa teoria com a afirmação de Balieiro ([s.d.], p. 4): “A heterogeneidade do social dá margem à leitura de borramentos ou trânsitos entre as fronteiras do masculino e feminino, questionando a naturalidade de uma norma socialmente imposta que prevê uma continuidade entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais”.

Nessa fase do desenvolvimento conceitual do tema feminismo/gênero também é formulada a concepção de feminismo interseccional. A professora norte-americana Kimberle Crenshaw é identificada como a formuladora desse conceito. Para ela (Crenshaw, 2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A percepção do feminismo interseccional trata, portanto, da sobreposição de discriminações e opressões como mostra a experiência de mulheres negras, índias, pobres, trabalhadoras braçais, oriundas de regiões de desenvolvimento tardio como América Latina, África e muitos países da Ásia. Esse conceito parece resgatar a relevância das lutas pelos direitos humanos, incorporados pelas diversidades interseccionais como aponta Crenshaw. A Conferência Mundial Contra o Racismo, ocorrida em 2001, na África do Sul, foi bastante importante para a discussão e a disseminação desse conceito. No Brasil, Luiza Barrios, ex-ministra da Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial, foi uma militante dessa concepção, destacando sobretudo, como em nosso país, a discriminação da mulher negra pobre nos coloca em colisão com o que propugnam os direitos humanos e a Constituição. O feminismo interseccional, desse modo, permite entrelaçar os diferentes aspectos da exploração e da discriminação, mostrando suas sobreposições e, mais ainda, permite recolocar o movimento feminista no cenário da política. Pela conquista de direitos em todos os seus aspectos. No Brasil, por exemplo, a mulher negra pobre é a que mais sofre a discriminação no trabalho e em outras esferas sociais. Não é possível separar a questão da mulher da discussão sobre as estruturas de poder e das classes sociais². Trata-se de analisar como os instrumentos de poder atuam na produção de desigualdades sociais, econômicas e políticas. Desse modo, a questão de gênero não é um problema de diferença (a diferença sempre é bem-vinda); é um problema de desigualdade. É aí que os estudos de gênero contribuem para se entender como a opressão da mulher está vinculada a uma estrutura de poder que tem na propriedade privada o eixo da exploração.

Nesse sentido, o movimento feminista atuou em variadas frentes para a sua organização política. As controvérsias sobre sua orientação ocuparam as páginas dos jornais produzidos por suas lideranças. Nesses jornais e revistas, as concepções sobre o feminismo estão manifestas. Segundo verbete do CPDOC-FGV, sobre o movimento feminista no Brasil, essa manifestação tem seu primeiro período “na segunda metade do século XIX, quando uma série de jornais editados por mulheres levantou a questão da emancipação feminina através da reivindicação do acesso à educação e à instrução”. (CPDOC-FGV, s/d)

Esses registros podem ser destacados durante todo o século XX, pois a participação da mulher na luta por direitos foi intensa

e conjunta aos demais setores da sociedade. Na década de 1970, período da Ditadura Civil Militar, o movimento feminista brasileiro jogou papel fundamental no processo de redemocratização. O CPDOC da FGV registra inúmeros jornais e revistas feministas cujas bandeiras ligavam o movimento pelos direitos da mulher à luta mais ampla pela democracia e a liberdade de expressão, contra a ditadura civil militar que se instalou no país em 1964.

Como principais jornais do movimento, beneficiando-se de uma difusão nacional, pode-se mencionar o *Brasil-Mulher* (16 números, editado de 1975 a 1979), o *Nós-Mulheres* (oito números, editado de 1976 a 1978) e *Mulherio* (1981-1988). Mas muitos dos grupos e associações mencionados realizaram e difundiram inúmeros boletins e jornais, a maioria de duração efêmera e difusão restrita. (CPDOC-FGV, s/d)

Mulheres, jornalistas ou não, fundaram e produziram publicações periódicas que colaboraram para difundir o ideário feminista. Esse foi um momento muito rico da história do feminsimo no Brasil. Sua memória precisa ser estudada pela novas gerações para que se possa avançar nas conquistas em relação às reivindicações e à compreensão do movimento no que ele contribui em sua prática organizativa e em sua herança conceitual e teórica³. É de se registrar a persistente presença dos jornais feministas e das jornalistas no protagonismo dessas lutas.

Nesse contexto, há o exemplo histórico da presença de Clara Zetkin, professora e jornalista, no movimento feminista internacional e sua ampla atuação para dar à luta das mulheres a abordagem classista necessária ao seu avanço. Importante instrumento dessa luta foi o jornal *Die Gleichheit (A Igualdade)*, criado em 1892, e do qual Clara Zetkin foi redatora-chefe, até sua extinção, em 1917. O jornal, como meio de discussão e divulgação das ideias emancipacionistas, ajuda Clara Zetkin na organização de conferências internacionais do movimento feminista. Na segunda conferência, em 1910, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai propõem o Dia Internacional da Mulher, como uma jornada anual pelos direitos da mulher pela emancipação e pelo socialismo. Assim como a luta emancipacionista geral, a luta das mulheres por igualdade de direitos contou com a presença de mulheres jornalistas e do jornal como meio de expressão de suas reivindicações e propostas de mudança.

A jornalista e a discriminação no mundo do trabalho

No Brasil, o mercado de trabalho tem oscilado com relação à abertura de mais vagas para as mulheres. Clemente Ganz Lucio, diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de trabalho publicado pelo IBGE com dados do censo de 2010, comenta o quanto o mercado de trabalho incorporou as mulheres na última década, fazendo com que, de modo geral, 55% delas participem com vínculos regulares. Mas essa realidade é acompanhada, segundo dados da pesquisa que Lucio comenta, por salários menores do que o dos homens. “É recorrente ainda observar salários menores para mulheres que ocupam funções idênticas às dos homens. Em 2010, o rendimento médio era de R\$ 1.587 para eles e de R\$ 1.074 para elas, o que corresponde a 68% da remuneração masculina”. (Lucio, 2017, s/p.)

A reivindicação de salários iguais para o mesmo tipo de função, profissão entre homens e mulheres, bem como a ascensão a cargos na hierarquia das carreiras, sempre foi tema da luta feminista, e ainda é válida na atual conjuntura. No trabalho jornalístico alguns desses aspectos têm se alterado para melhor, visto que os postos de trabalho vêm sendo ocupados pela maioria de mulheres, muito embora os salários permaneçam muito baixos.

O perfil profissional no jornalismo em grande parte do mundo é feminino e jovem, com menor permanência de tempo na profissão. Pesquisas no Brasil (Figaro, 2013; Mick & Lima, 2013); na França (Damian-Gaillard, Frisque & Saïtta, 2010) e em Portugal (Silveirinha, 2004) mostram que as profissionais do jornalismo têm escolaridade de nível superior (mesmo quando não obrigatória e específica) e o perfil profissional tornou-se polivalente. Elas trabalham em diferentes tipos de veículos de mídia, com linguagens e tecnologias analógicas, digitais ou híbridas.

Os motivos dessa mudança de perfil no jornalismo têm em comum a urbanização, o crescimento da população feminina, o aumento da formação profissional de nível superior entre as mulheres, a relevância da comunicação na sociedade contemporânea – sobretudo de veículos como a televisão – e o advento da internet. Em seu estudo sobre as mulheres jornalistas de São Paulo, Rocha (2004, p. 105) salienta que o aumento da remuneração salarial, a especialização profissional das redações com várias editorias, a exigência de maior nível de conhecimento no conjunto da redação, as

mudanças tecnológicas com o surgimento do jornalismo on-line, das televisões digitais e da internet propiciaram “a inserção de mulheres nas redações”.

Mesmo com esses avanços, a profissão de jornalista é caracterizada pela sociologia das profissões como um campo ainda não sedimentado (Bonelli, 1993; 2002; e Freidson, 1996; 1998), sobretudo pela questão da não obrigatoriedade de formação específica como acontece em vários países. Conquanto a questão profissional e dos respectivos saberes seja polêmica e nos remeta à disputa entre campos científicos e ao poder, um fato é certo: há grande procura por cursos de formação de nível superior na área, bem como de cursos de especialização e mestrados profissionais. No entanto, Rocha (2004, pp. 107-108) discute que a estratificação profissional é um tema recorrente, cujo “sistema informal de credenciamento, interno e competitivo, (...) utiliza critérios discriminatórios como gênero, raça, religião, etnia e cultura de classe”. Esses elementos discriminatórios corroboram para modelar “carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão”.

A “estratificação na profissão” relaciona-se também às linhas editoriais dos veículos jornalísticos hegemônicos. Nesse contexto, o jornalismo não difere de outras profissões. E, no que diz respeito à mulher, os ingredientes discriminatórios são os tradicionais: salários mais baixos do que o dos homens, cargos inferiores, dificuldades em obter promoção na carreira para ascensão profissional. Francisco Sant’Anna (2002, p. 13) cita a discriminação da jornalista em suas rotinas de trabalho. A elas são destinadas pautas de menor relevância e sempre são destacados os valores da aparência para que se dê destaque a uma profissional. O autor afirma:

(...) a jornalista mulher sofre, inclusive, discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas considerados de maior complexidade ou que potencialmente terão maior impacto na opinião pública são canalizados, numa forma de privilégios, aos jornalistas do sexo masculino. A estética, principalmente na televisão, é outra forma de segregação. Mulheres negras, gordas, ou mulheres tidas como feias, que não atendam ao *standard* anglo-caucasiano, não encontram tanta oportunidade de trabalho como repórteres em emissoras de TV quanto aquelas que atendem aos padrões de estética machistamente estabelecidos.

Há também forte percepção de discriminação profissional, chegando mesmo ao assédio sexual e à violência. Parece inimaginável que uma redação presencie tais atos, mas eles são frequentes e presentes em muitos países. A pesquisa *Violence and harassment against women*

in the news media: a global picture, realizada pela International Womens Media Foundation e pelo International News Safady Institut (Barton & Storm, 2014), entre agosto de 2013 e janeiro de 2014, com uma amostra⁴ constituída pela técnica da bola de neve, com mais de mil mulheres jornalistas em todo o mundo (América do Sul/Latina, EUA, Europa, Ásia e Pacífico, Estados Árabes, África), trouxe indicações alarmantes no que diz respeito ao assédio e à violência contra a profissional do jornalismo. A maioria das respondentes era de jornalistas/repórteres, editoras e produtoras; tinha a idade de 18 a 34 anos; a maioria delas identificou-se como empregada, trabalhando em jornal ou mídia on-line. Entre as respondentes, dois terços (64,8%) disseram ter experimentado ato de “intimidação, ameaça e abuso” em relação ao seu trabalho. Os relatos mais frequentes foram aqueles que classificaram esses atos como abuso de poder ou de autoridade, perpetrados por pessoas do sexo masculino em posição de chefes, supervisores, colegas de trabalho, entrevistados, oficiais do governo, policiais. Do total de respondentes, 21,6% delas afirmaram ter sofrido violência física durante o exercício de seu trabalho; 14,3% relataram ter sofrido violência sexual no trabalho; e 47,9% sofreram assédio sexual no trabalho.

Essas informações foram extraídas das respostas de profissionais do jornalismo atuantes em diferentes partes do mundo. Um exemplo de depoimento registrado pela pesquisa (Barton & Storm, 2014, p. 13, tradução nossa) foi o de uma jornalista norte-americana, que afirmou:

Após relatar... perseguição e intimidação, eu fui a única enviada para casa e removida de minhas responsabilidades normais. Rapidamente a investigação se voltou contra mim. Embaraçosos detalhes sobre minha vida pessoal foram revelados e discutidos pelos meus supervisores. O departamento de RH colocou-se contra mim com base em informação factual errada, e eu recorri da decisão. Após o apelo, que também me causou pressão emocional extrema e pânico, meu assediador deixou o trabalho com um muito generoso pacote de demissão... Eu nunca me recuperei do stress da elaboração de relatórios, e não estou certa se eu deveria ter feito isso.

Esse tipo de assédio e violência sexual geralmente é tratado como desvio moral individual, degeneração comportamental de um homem. Mas não se trata disso. Essa pesquisa global revela, mesmo sem que a amostra tenha validade estatística e de generalização, o quanto tais tipos de procedimentos são arraigados e estruturados socialmente e contam inclusive com a complacência daqueles que deveriam impedir e punir tais acontecimentos.

A explicação cabível deve ser dada por um entendimento que extrapole o aspecto individual e compreenda a situação da mulher no âmbito mais amplo do que significa o poder sobre o corpo feminino e o controle dele no sentido da perpetuação da estrutura social e da lógica da exploração do mercado. Trata-se, sem dúvida, conforme Bourdieu (2002), de uma tradição incrustada na vida cotidiana, reiterada pela família, pela escola e pelos meios de comunicação. São atitudes e comportamentos naturalizados que colocam a mulher em lugar inferior, subalterno, o que justificaria o trabalho redobrado, jornadas duplicadas e extensas, o papel de cuidadora do lar e dos filhos, entre outras responsabilidades caracterizadas como da mulher. Mas, além desses aspectos, o imperativo é o da dominação de classe por meio da submissão da personalidade, da exploração do tempo, da descaracterização do espírito de cidadania e de autonomia da mulher. Como força de trabalho mais barata, submissa e reprodutora do *status quo*, a mulher – e, no caso, a mulher jornalista – torna-se ou vítima dessa estrutura ou vítima e guardiã dela.

No Brasil, a situação da jornalista como mulher trabalhadora padece da mesma discriminação e dominação. Recente pesquisa⁵, realizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, obteve a participação de 535 jornalistas, de vários estados do país, que responderam a um questionário disponível no site daquela instituição, no período de março a maio de 2016. A pesquisa revela que 77,9% das respondentes afirmaram ter sofrido assédio moral por parte de chefes e/ou colegas de trabalho; 44,7% asseguraram ter sofrido violência durante o trabalho de cobertura jornalística; 78,5% responderam ter sofrido com atitude machista por parte de entrevistados; 70,7% disseram acreditar que foram excluídas de uma pauta por serem mulheres; 61,5% declararam já ter vivido situação em que o colega de trabalho recebe maior salário desempenhando igual função; e 86,4% das respondentes consideraram que mulheres negras têm menos oportunidade no jornalismo.

As declarações demonstram como as redações são tradicionais lugares de práticas machistas. Exemplo extremo é o do diretor de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, Pimenta Neves, que assassinou, em 2000, a jornalista e namorada, Sandra Gomide. Ele foi condenado a 18 anos de prisão, mas não passou mais do que cinco anos em reclusão, e atualmente cumpre pena em regime aberto⁶. Na ocasião, muito se ouviu de que a jornalista o estava traindo com outro e que ele estaria estressado, vivendo à base de sedativos,

daí o crime. Essa retórica é bem conhecida e se repete no cotidiano de milhares de mulheres que sofrem violência de seus parceiros, maridos, namorados e até do pai e de outros familiares.

No artigo “Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito”, Ana Carolina Temer, Francisco de Assis e Marli dos Santos (2014, p. 84) apresentam o resultado de pesquisa sobre o trabalho de imersão realizado por jornalistas, ressaltando que “a falta de tempo e/ou de infraestrutura da empresa jornalística e o desvio de caráter de certos profissionais foram apontados como limitadores da cobertura jornalística”. Profissionais por eles entrevistadas também reforçaram a marca da discriminação e da baixa autoestima. Vejamos algumas falas destacadas:

Eles [os entrevistados] acham que a gente é mais fácil de enganar. E não são só os homens, mesmo as mulheres, quando são responsáveis, olham para as jornalistas mulheres e acham que podem levar na conversa.

Para a mulher é mais difícil, vivemos em um mundo machista. Se você vai fazer uma matéria de denúncia é comum ser subjugada (...)

O que os homens fazem? Primeiro, mulher não é capaz de colher informações. A mulher não teria essa ousadia... Depois, somos intimidadas a respeitar os entrevistados [por causa do cargo ou sua condição]. [As fontes entrevistadas] usam artifícios para desmobilizar (...) (Temer, Assis & Santos, 2014, p. 87).

Os relatos das profissionais nos fazem constatar a coerção para a submissão. Para manter o emprego, sabe-se que se deve aceitar a submissão e a dominação. Há o sofrimento sobre a consciência da submissão. Os autores também lembram que, junto ao “desprezo e à intimidação”, soma-se o discurso da “proteção” (Temer, Assis & Santos, 2014, p. 87), usado como argumento para não colocar a mulher em risco. Trata-se de concepção enviesada, uma vez que, ao afirmar proteger, exclui e impede a realização profissional e o exercício do livre arbítrio. O sentido de gênero do termo “proteção” não considera, no entanto, o respeito às condições de trabalho e saúde, ao salário e aos demais direitos trabalhistas.

Roberto Heloani (2012) constata em sua pesquisa que o stress e o sentimento de humilhação são causadores de muitos problemas de saúde nos profissionais jornalistas, as mulheres não estão isentas dessa afetação. Durante cerca de dez anos ele tem estudado a saúde desses(as) profissionais e buscado as causas de suas incidências. O assédio moral tem sido apontado como parte dessas motivações.

Em nossa pesquisa, *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista* (Figaro, 2013, p. 105), constatamos a excessiva carga de trabalho para os(as) profissionais, a precarização dos contratos de trabalho (PJ e freelancer fixo), o ritmo acelerado e a insatisfação com as condições para o exercício do trabalho bem feito, sobretudo no que diz respeito à apuração. A fala da jovem jornalista Aline (nome fictício), de 28 anos, explica de maneira clara as injunções do mercado: “Não foi uma escolha ser freelancer, com certeza. (...) As empresas acabam te levando pra um caminho pra que no final você acabe se tornando um profissional desse tipo”.

Trabalhar a partir de projetos, em *home office*, coloca para a profissional outras dificuldades na rotina produtiva. Os tempos e as demandas não sofrem interrupção, são contínuos e a remuneração da mulher é mais baixa. Fabiana (nome fictício), de 29 anos, falou-nos sobre sua experiência numa agência de notícias e num projeto sob sua responsabilidade:

Eu tenho que ir [almoçar] até às três e meia porque acaba a comida do restaurante. Muitas vezes eu já deixei passar e não tinha mais comida no restaurante, principalmente no final desse projeto, que foi uma carga de trabalho muito grande. A gente passou nove meses fazendo o trabalho, então no final, que era de redação e edição, a gente (...) [uma colega] passou uma semana comigo para trabalharmos um pouco juntas, mas tudo remoto, 99% remoto, e eu ia dormir cada dia mais tarde e acordava cada dia mais cedo. Cada dia mais tarde significava três horas da madrugada e mais cedo, seis horas da manhã. (Figaro, 2013, p. 95)

A sobreposição de funções (redação e edição) também não é novidade na área, e as equipes cada vez menores têm a carga de trabalho demasiadamente pesada. Nos meios digitais e na atividade à distância, essa carga, muitas vezes, ainda se junta à dupla ou tripla jornada do trabalho em casa, no cuidado dos filhos, na preparação da alimentação, da limpeza da casa. Nessas situações, a jornalista passa pelo mesmo dilema que a maioria das mulheres que atuam no mercado de trabalho.

O trabalho isolado, fora da redação, também tem seus problemas. Muitas vezes pode criar defecções sobre a própria concepção do trabalho jornalístico. Isso tem se manifestado como preocupação para as profissionais e é uma forma para o sofrimento no trabalho. Mariana (nome fictício), de 31 anos, disse-nos compreender o jornalismo como um trabalho coletivo e que precisa das interações com outros colegas para que o produto final possa ser melhor. Ela tem consciência da necessidade de ações colaborativas:

(...) mesmo durante o processo isolado, a produção nunca é de um jornalista. Nunca. (...) É um trabalho colaborativo. (...) e aí sempre alguém tem uma ideia pra complementar “olha, isso aqui... será que não saiu não sei aonde?” Ou então, “olha, não seria legal ver tal coisa?” É muito legal quando a gente faz isso, reunião de pauta e tal. Mas, mesmo durante o processo isolado, a produção nunca é de um jornalista. Nunca. Porque... ele contou com a sugestão de um colega, aí ele vai apurar. É, ele faz aquela seleção. (...) Aí vem o editor, (...) passa por uma série de cabeças. (Figaro, 2013, p. 58)

Essas profissionais freelancer enfrentam todo tipo de precariedade: desde a falta de vínculo empregatício e segurança social até as condições de densificação do trabalho, realizadas por meio da aceleração do tempo e do ritmo de trabalho até a extensão das jornadas. Essas condições são criadas pela forma como as empresas jornalísticas organizam o negócio da notícia. A vinculação com o mercado financeiro e às lógicas globais de organização do capital, impedem que o(a) trabalhador(a) e o produto jornalístico recebam a atenção da empresa e tenham prioridade em termos de qualidade de vida e do produto elaborado.

Um fato novo tem se revelado na pesquisa atual do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT, é a presença majoritária de mulheres nos novos arranjos de trabalho no jornalismo. São grupos de profissionais, experientes, iniciantes e voluntárias que se unem para formar uma organização para o trabalho jornalístico. Elas lideram muitas dessas iniciativas e, inclusive a temática de gênero tem sido apropriada em diferentes aspectos na cobertura jornalística e na criação de veículos de comunicação especializados a partir de uma abordagem feminista. Trata-se da pesquisa “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho dos jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia, Fase 1” (Processo Fapesp 2016/06992-3). No levantamento realizado no Brasil sobre os novos arranjos do trabalho do jornalista, a pesquisa identifica 180 iniciativas. Destas, 70 estão na Grande São Paulo, região metropolitana com mais de 20 milhões de habitantes. Tais 70 iniciativas do trabalho jornalístico independente dos grandes conglomerados de mídia têm grande liderança de mulheres jornalistas. Em 54,2% desses arranjos há dirigentes mulheres, sendo 28% delas fundadas e dirigidas por mulheres jornalistas; e 17% dos arranjos jornalísticos com presença nas direções de homens e mulheres jornalistas.

Esses dados corroboram a presença majoritária das mulheres jornalistas na profissão; afirmam a postura de protagonismo dessas

profissionais que, em situação de precarização do trabalho e desaparecimento dos empregos, buscam alternativas para exercerem o jornalismo; e mais do que isso, buscam exercer a profissão de modo a praticar um jornalismo responsável com as questões sociais que afligem grande parte da população. Praticam um jornalismo preocupado com a cobertura sobre os direitos humanos, as questões de gênero, do direito à educação, à política, mas também aos temas culturais: a música, o futebol, o cinema. Muitas dessas novas iniciativas jornalísticas, onde elas têm dianteira, são responsáveis por pautar e discutir os temas relativos a feminismo e gênero. Dentre os 70 novos arranjos da pesquisa, podemos destacar alguns cujos propósitos editoriais estão vinculados às temáticas de gênero e feminismo em suas diferentes vertentes: AZMina; Geledés; Gênero e Número; Lado M; Mulher no cinema; Nós, mulheres da Periferia; Ovelha Mag; Revista Capitolina; Think Olga; e Blogueiras Negras. Como exemplo, podemos destacar o texto de apresentação da iniciativa jornalística Ovelha Mag :

Ovelha é uma revista digital para mulheres que não se sentem representadas pelas revistas nas bancas de jornais e buscam por um conteúdo divertido e irreverente, alternativo ao que a mídia tradicional aborda para o público feminino. (Recuperado de ovelhamag.com. Acesso em 20 jan. 2018).

A perspectiva alternativa ao *status quo* empresarial jornalístico está claramente manifesta. O enunciado remete ao interdiscurso que conta com a memória das leitoras – representada pelas revistas nas bancas de jornais – para, em contraposição, afirmar o produto editorial Ovelha Mag. Oferecem à leitora, portanto, uma interlocução que está para além dos modelos de beleza, de comportamento e de visão de mundo vendidos nas tradicionais revistas.

Esses novos arranjos do trabalho do(a) jornalista estão se configurando como possibilidade/tentativa do exercício profissional distante dos enquadramentos das empresas tradicionais de mídia. A par de toda a dificuldade de sustentação, verifica-se o vigor e o compromisso desses(as) profissionais em realizar seu trabalho. Cada qual busca um nicho específico, testando as possibilidades criadas pelas tecnologias mais leves e pelo barateamento delas. Enfrentam também as limitações políticas, os processos e cerceamentos. Por outro lado, buscam pautas criativas, inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo a seus públicos, numa colaboração estreitada pela empatia e as possibilidades de interlocução mais participativa.

A termo de considerações finais

Para explicitar a complexidade das questões envolvidas na presença da mulher no jornalismo e delimitar pontos de vista sobre esse tema, vale destacar ainda o registro que faz Souza ao afirmar que:

Se as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, acreditar que a presença de mulheres no jornalismo pode fazer alguma diferença para melhor ou para pior no exercício da profissão traduz um pensamento essencialista. (...) O desenvolvimento de um jornalismo de mais qualidade, com informações que atendam os propósitos de mais valorização e respeito dos Direitos Humanos da mulher se dará via mudança de cultura e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a isso. (Souza, 2009, p. 9)

A autora compreende os desafios que para além da presença da mulher no jornalismo, é necessário que essa mulher jornalista tenha clareza sobre a relevância e os compromissos do jornalismo com a melhoria das condições de vida das maiorias. Os desafios profissionais são grandes. Elas não querem menos. Querem respeito em relação ao seu ser e ao seu fazer. O modo de produção do sistema do capitalismo financeiro e informacional coloca para as mulheres jornalistas o desafio de compreender a luta feminista no contexto e na relação com as lutas gerais por emancipação. Os avanços tecnológicos têm um ritmo de apropriação pelo capital que subsume os direitos e o respeito ao trabalho das pessoas. Todas as problemáticas da discriminação de gênero se mantêm no jornalismo com as novas mídias. A convergência midiática e discursiva pode abrir possibilidades para as mulheres jornalistas, mas não é essa uma característica inerente aos meios tecnológicos, sobretudo, porque esses meios estão sendo apropriados pela lógica mercantil. Reiteramos: a questão de gênero no jornalismo transcende sua particularidade, é uma problemática vinculada à superação da discriminação e da dominação imposta à mulher pela estrutura de poder vigente. A conquista de respeito e direitos na profissão para a mulher significa a conquista de uma sociedade mais igualitária e democrática.

As lutas feministas inserem-se na perspectiva da mudança estrutural da sociedade. As questões de gênero não são tangenciais. São eixos de transformações profundas da sociedade em relação à propriedade privada, à distribuição de renda, à discriminação racial/étnica.

A mulher jornalista também sofre a discriminação e a dominação no trabalho, tal qual a maioria das mulheres no mundo. Os estudos

feministas classistas apontam que essa realidade só pode ser superada de maneira a compreender-se a complementaridade da luta das mulheres com as lutas mais gerais por igualdade e emancipação. E, nesse sentido, o conceito de feminismo interseccional contribui para a compreensão de como o tema do gênero é interseccionado pelas questões de classe e raça/etnia. As pesquisas mostram que as jornalistas, no Brasil e no mundo, são a maioria dessa categoria profissional e a discriminação de gênero aparece no jornalismo na forma da redução salarial, da sobreposição de tarefas, na precarização do trabalho e, ainda, nas formas de assédio moral e sexual. É salutar apontar também que uma parte importante dessas profissionais tem procurado alternativas de trabalho que possibilitem o exercício profissional para um jornalismo de qualidade cujas pautas sobre os direitos humanos e os temas de gênero e feminismo possam ser reportados.

NOTAS

- 1 Essa discussão pode ser recuperada na perspectiva de F. Engels. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.
- 2 Vale citar a síntese que faz Mirla Cisne (2005, p. 4) sobre as posições entre gênero e feminismo: “Em outras palavras, é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais, faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.” É salutar, no entanto, adensar à compreensão de Cisne (2005) o que propõe Crenshaw (2002), pois a sobreposição de discriminação e exploração tem criado a naturalização da exclusão.
- 3 As contribuições mais amplas ao debate sobre gênero, feminismo e capitalismo podem ser encontradas em pensadoras como

Heleieith Saffioti (2000), Lelita Oliveira Benoit (2000), Maria Lygia Quartim de Moraes (2000), Clara Araújo (2000), Mary Garcia Castro (2000) entre outras.

- 4 A amostra nesse caso tem representatividade social. Não se configura como amostra estatística.
- 5 Essa pesquisa não tem base amostral estatística. É uma pesquisa exploratória que se caracteriza por levantamento de informações para posterior formulação de políticas de atuação sindical. No entanto, é reveladora de uma ambiência desfavorável ao desempenho profissional da jornalista.
- 6 *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2017. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1740615-jornalista-pimenta-neves-sai-da-prisao-e-cumpre-pena-em-casa-desde-o-dia-10.shtml

REFERÊNCIAS

Araújo, C. (2000). Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 65-70. Recuperado de www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf

Balieiro, F. F. [s.d.]. *O queer e o conceito de gênero*. Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gêneros e Sexualidades. UFSCAR, p. 4. Recuperado de www.ufscar.br/cis/2011/10/o-queer-e-o-conceito-de-genero/.

Barton, A.; Storm, H. (2014). *Violence and harassment against women in the news media: a global picture*. Washington, D.C., London: International Womens Media Foundation, International News Safady.

Benoit, L. O. (2000). Feminismo, gênero e revolução. *Crítica Marxista*, n. 11, pp. 76-88.

Bonelli, M. G. (2002). *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos: Edufscar.

Bonelli, M. G. (1993). As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. *ANPOCS BIB*, n. 36, pp. 31-61, 2º sem.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica* (2ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Castro, M. G. (2000). Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11,

pp. 98-108. Recuperado de www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf

Cisne, M. (2005). *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. Anais do 4º Colóquio Marx Engels. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF_

Costa, M. E. (2008). Mulheres jornalistas venceram e dominam a arte de informar. *Unidade*, São Paulo, n. 305, pp. 3-6, mar. Recuperado de docplayer.com.br/56779650-Mulheres-jornalistas-consolidam-maioria-na-categoria-paginas-3-a-6-a-tv-digital-no-foco-dos-reporteres-cinematogra-cos.html

CPDOC-FGV. [s.d.] Movimento feminista (verbetes). Recuperado de www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimen-to-feminista

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1), pp. 171-188.

Damian-Gaillard, B.; Frisque, C.; Saïtta, E. (2010). *Le journalisme au féminin: assignations, inspirations, strategies*. Rennes: PUR.

D´Atri, A. (2011). *A participação das mulheres na comuna de Paris*. Conferência 140 anos da Comuna de Paris. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó (Santa Catarina, Brasil). Recuperado de nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2011/05/participacao-das-mulheres-na-comuna-de.html

Figaro, R. (2013). Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In R. Figaro, C. Nonato & R. Grohmann (Orgs.), *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista* (pp. 7-143). São Paulo: Atlas.

Figaro, R., Nonato, C. Kinoshita, J. (2017). *Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais*. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR. Recuperado de portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0420-1.pdf

Freidson, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp.

Freidson, E. (1996). Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, pp. 141-145.

Giffin, K. (1999). Poder e prazer: considerações sobre o gênero e a sexualidade feminina. In: M. Ribeiro (Org.), *O pensar e o prazer* (pp. 176-183). São Paulo: Gente/Cores.

Giffin, K. (1991). Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, pp. 190-200, abr./jun.

Heloani, R. (2012). *O Trabalho do Jornalista: Estresse e Qualidade de Vida*. São Paulo, Unicamp.

Koshiyama, A. M. (2001). *Mulheres jornalistas na imprensa brasileira*. Anais do 24º Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação, 24, Campo Grande. São Paulo: Intercom. Recuperado de www.portcom.intercom.org.br/pdfs/151284998075557168343153827227545496185.pdf

Lucio, C. G. (2017). *Mulher, mercado de trabalho e desigualdade*. *Brasil Debate*. Recuperado de brasildebate.com.br/mulher-mercado-de-trabalho-e-desigualdade/

Matos, M. (2010). Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>

Mick, J., Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis, Insular.

Quartim de Moraes, M. L. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 89-97.

Rocha, P. M. (2004). *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira* (Doutorado em Ciências Sociais). Recuperado de repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412

Saffioti, H. (1986). Feminismos e seus frutos no Brasil. In: E. Sader (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática* (pp. 105-158). São Paulo: Cortez.

Saffioti, H. (2000). Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, Campinas, n. 11, pp. 71-75.

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sant'anna, Francisco. (2002). Mulheres procuram dignidade nos dois lados da mídia. In: E. Nardelli, F. Sant'anna (Orgs.), *Mulher e imprensa na América Latina* (pp. 11-16). Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Unesco.

Sayão, D. T. (2003). Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.

Silveirinha, M. J. (Coord.). (2004). *As mulheres e os media*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sindicato Dos Jornalistas Profissionais Do Distrito Federal. (2016). *Pesquisa Desigualdade de Gênero no Jornalismo*. Brasília, 8 pp. Recuperado de www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf

Souza, A. F. C. (2009). *Mulheres jornalistas – percursos e percalços*. Anais do V Enecult. Recuperado de www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf

Temer, A. C. R. P., Assis, F, Santos, M. (2014). Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito. *Media & Jornalismo*, Lisboa, n. 25, pp. 75-90.

Roseli Fígaro. Professora livre docente, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Professora visitante do Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, ITESO, México. Possui estágio de pesquisa no CIESPAL (2016) e pós-doutorado pela Universidade de Provence, França (2007), doutorado (1999) e mestrado (1993) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: figaro@uol.com.br

RECEBIDO EM: 01/11/2017 | ACEITO EM: 27/01/2018